

SRPPS - SUBSECRETARIA DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS: REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DOS INVESTIMENTOS

***AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA - CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT / COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA - CSSF***

BRASÍLIA - DF - 12 DE SETEMBRO DE 2017

SUMÁRIO

- 1 - DADOS SOBRE INVESTIMENTOS DOS RPPS**
- 2 - REGULAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DOS RPPS**
- 3 - SUPERVISÃO DOS INVESTIMENTOS DOS RPPS**
- 4 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN 3922/2010**

1 - DADOS SOBRE **INVESTIMENTOS DOS RPPS**

RPPS - GRANDES NÚMEROS

TOTAL RPPS - FEV/2017	2.105	REGULARES CRP	887	42,2%
------------------------------	--------------	----------------------	------------	--------------

SEGURADOS - 2015 (MILHÕES)	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
	6,3	2,6	1,1	10,0

TOTAL RECURSOS - 2016 (R\$ BILHÕES)	INVESTIMENTOS	OUTROS BENS/DIREITOS	PARCELAMENTOS	TOTAL
	134,4	128,7	13,3	263,4

RESULTADO FINANCEIRO 2016 (R\$ BILHÕES)				
	MUNICÍPIOS	ESTADOS/DF	UNIÃO	TOTAL
RECEITAS	53,2	68,2	30,7	152,1
DESPESAS	42,1	157,8	73,8	273,7
RESULTADO	+11,1	-89,6	-43,1	-121,6
% PIB	+0,18%	-1,44%	-0,69%	-1,95%

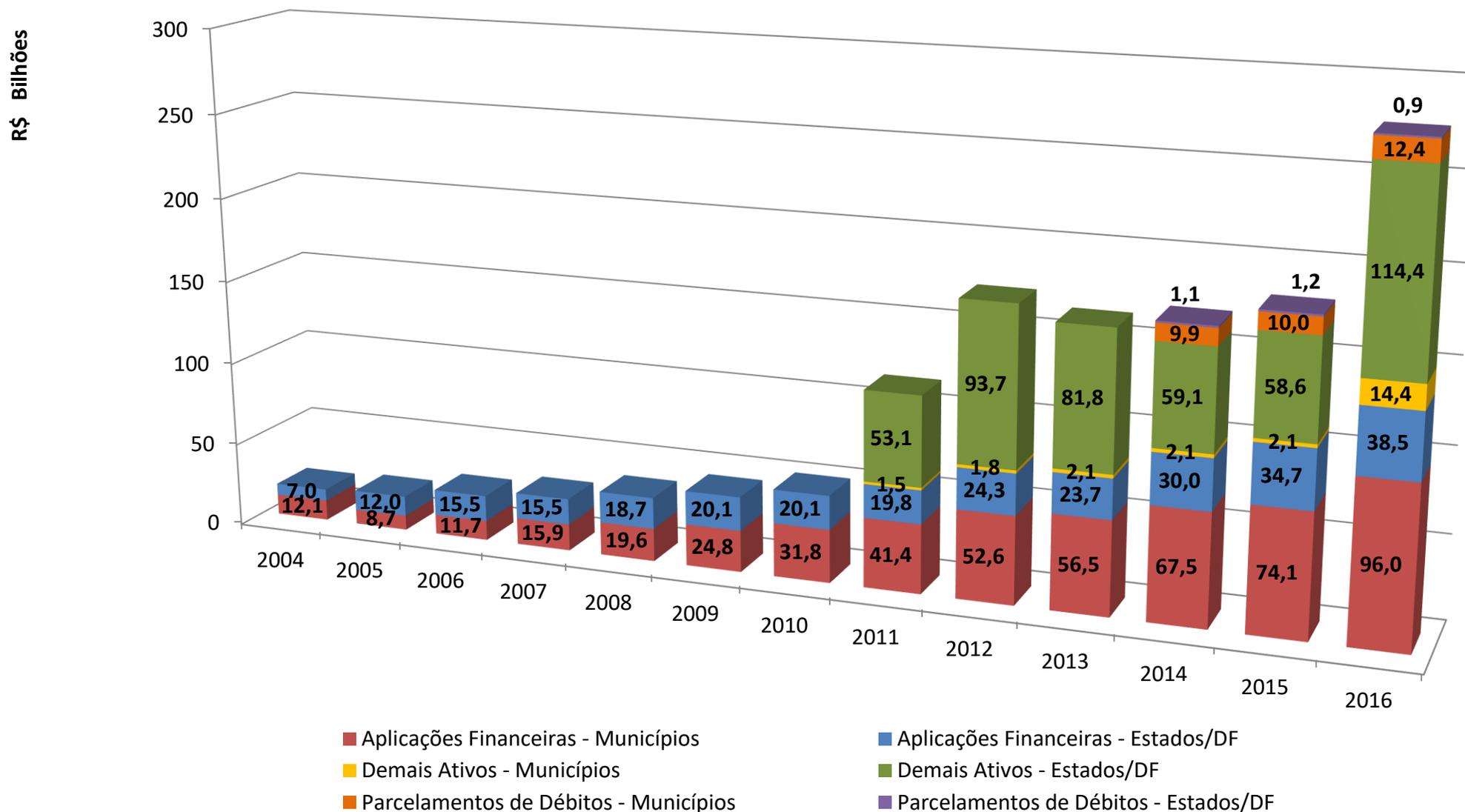
RESULTADO ATUARIAL 2016 (R\$ BILHÕES)				
	MUNICÍPIOS	ESTADOS/DF	UNIÃO	TOTAL
DÉFICIT ATUARIAL	-769,3	-4.623,5	-1.243,7	-6.636,5
% PIB	-12,37%	-74,33%	-19,99%	-106,69%

RPPS - INVESTIMENTOS E OUTROS BENS, ATIVOS E DIREITOS - 2016

SEGMENTO	ESTADOS/DF	MUNICÍPIOS	TOTAL	%
Renda Fixa	35.896.047.197,84	89.751.370.197,06	125.647.417.394,90	47,74%
Renda Variável	2.266.422.907,43	5.545.760.425,41	7.812.183.332,84	2,97%
Disponibilidades Financeiras	293.129.243,06	680.223.439,66	973.352.682,72	0,37%
Total Aplicações Financeiras	38.455.599.348,33	95.977.354.062,13	134.432.953.410,46	51,08%
Demais bens, direitos e ativos vinculados por Lei	113.432.639.841,27	2.009.638.229,09	115.442.278.070,36	43,86%
Parcelamentos de débitos	936.145.513,65	12.373.017.913,06	13.309.163.426,71	5,06%
Total Outros Ativos	114.368.785.354,92	14.382.656.142,15	128.751.441.497,07	48,92%
Total Geral	152.824.384.703,25	110.360.010.204,28	263.184.394.907,53	100,00%

Fonte: SRPPS/SPREV/MF - DAIR 6º BI/2016 e Relatório Gerencial de Parcelamentos (extração em 28/08/2017)

EVOLUÇÃO DE RECURSOS DOS RPPS - 2004/2016



2 - REGULAÇÃO DOS **INVESTIMENTOS DOS RPPS**

SUPERVISÃO DOS RPPS - MARCO NORMATIVO

- **Lei nº 9.717/1998**: Regras gerais de organização e funcionamento dos RPPS.
 - Art. 6º - Aplicação dos recursos dos fundos previdenciários, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CNM.
 - Art. 9º - Atribuições da União, por intermédio do MPS (atual SPREV do MF):
 - Orientação, supervisão e acompanhamento.
 - Estabelecimento de parâmetros e diretrizes gerais sobre organização e funcionamento.

- **Decreto nº 3.788/2001**: Institui o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, exigido dos Estados, Distrito Federal e Municípios para que possam realizar as operações previstas no art. 7º da Lei nº 9.717/1998 (recebimento de transferências voluntárias de recursos pela União, acordos, contratos, convênios, empréstimos).

INVESTIMENTOS DOS RPPS - REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES CMN

2652/1999

3244/2004

3506/2007

3790/2009

3922/2010

(em vigor desde 29/11/2010)

4392/2014

(alterações pontuais)

LEI 9717/1998
(ART. 6º, IV, C/C ART. 1º,
PARÁGRAFO ÚNICO)

- Diretrizes e princípios na aplicação dos recursos
- Segmentos de aplicação e tipos de ativos
- Limites de aplicação e concentração
- Vedações

EVOLUÇÃO DAS REGRAS DE GOVERNANÇA

ATOS NORMATIVOS - PORTARIAS MPS

155/2008

**519/2011
(em vigor)**

→ Alterações:
170/2012
440/2013
065/2014
300/2015

EVOLUÇÃO DAS REGRAS DE GOVERNANÇA

→ 2008:

- Política Anual de Investimentos.
- Certificação do responsável pela gestão (acima R\$ 5 milhões).

→ 2011:

- Demonstrativo Anual das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR.
- Avaliação de desempenho das entidades contratadas.
- Relatórios periódicos de avaliação de rentabilidade e risco dos investimentos.

→ 2012:

- Cadastramento prévio das instituições e produtos que receberão aplicações.
- Autorização de Aplicação e Resgate - APR.
- Obrigatoriedade Comitê de Investimentos.

→ 2013:

- Aperfeiçoamento das regras credenciamento e do Comitê de Investimentos.
- Maior publicidade das informações relacionadas à governança dos investimentos.

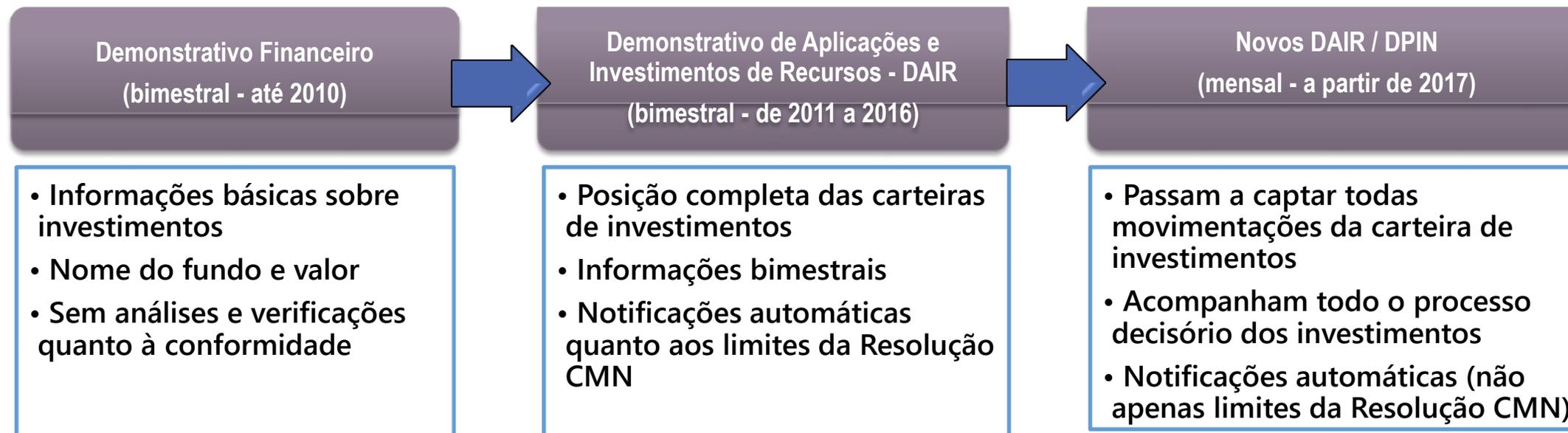
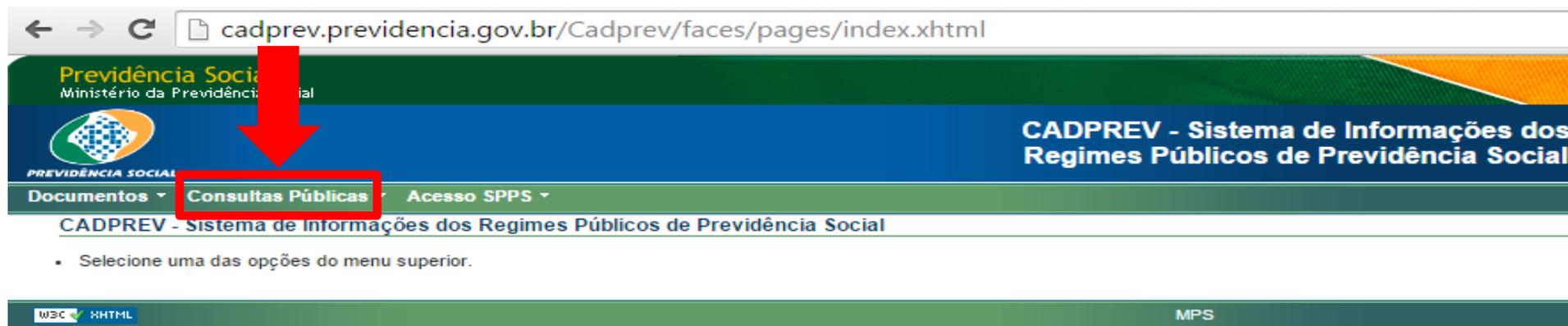
→ 2015:

- Regras sobre investidor qualificado e investidor profissional.

3 - SUPERVISÃO DOS **INVESTIMENTOS DOS RPPS**

INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS - TRANSPARÊNCIA

→ Todas as informações dos RPPS recebidas pela SPREV possuem natureza pública, inclusive as relativas aos investimentos de recursos.



INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS PRESTADAS À SRPPS A PARTIR DE 2017



AUDITORIAS DIRETAS REALIZADAS PELO MPS E SPREV/MF:

Ano	2012	2013	2014	2015	2016
<i>Total</i>	396	483	377	391	362
<i>Investimentos</i>	60	68	33	61	35

→Foco das auditorias periodicamente redirecionado: operações com títulos públicos (2006 a 2009); fundos de investimento em crédito privado (2010 a 2012); fundos de investimento com carteiras ilíquidas e com problemas de estruturação (2013 e 2014); avaliação parâmetros de governança (2015 e 2016); matriz de risco dos fundos de investimento (2017).

→Informações e Representações Administrativas para outros órgãos de controle, como: Ministério Público, Polícia Federal, CVM e Tribunais de Contas.

→Cooperação técnica para troca de informações com outros órgãos de supervisão: CVM, PREVIC e Tribunais de Contas.

AUDITORIAS DIRETAS DE INVESTIMENTO (ACHADOS)

- Desrespeito aos limites e condições previstos na Resolução CMN.
- Não observância do adequado processo decisório de investimentos:
 - Não demonstração da motivação da escolha de produtos de instituições sem tradição em detrimento de produtos similares de outras com maior reputação.
 - Falta de diligência para conhecimento do administrador e gestor do fundo e das empresas emissoras dos papéis que compõem sua carteira.
 - Falta de transparência na decisão de alocação e ausência de participação dos órgãos colegiados.
 - Deficiência nos controles internos e no acompanhamento da carteira.
- Conflito de interesses entre prestadores de serviços de fundos de investimento com prestadores de serviço dos RPPS direcionando ou formatando fundos de investimento com potenciais problemas.

4 - ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO **CMN 3922/2010**

**PROPOSTA DE
ALTERAÇÃO DA
RESOLUÇÃO
CMN 3.922/2010**

Mantida estrutura atual da Resolução.

À exceção de FIDC aberto e poupança (excluídos), demais limites mantidos, com ampliação de fundos de renda fixa (+10%), ETF renda variável, FIA (+5%), multimercado (+5%) e inclusão de novo produto (COE).

As mudanças vêm no sentido de se exigir maior transparência (prevendo FIP 'entidades de investimento', acabando com os fundos como ativo final), maior controle (investimento em companhia aberta e instituições financeiras), menor concentração (5% ou 15% por fundo, 5% por gestor).

Reforçar princípios éticos, de lealdade com participantes e de governança dos investimentos dos RPPS, promovendo como princípios a motivação das decisões, qualificação técnica, controle e avaliação de ativos.

Mitigar risco de fundos criados especificamente para RPPS, com poucos investidores e por gestoras com pouca tradição e sem experiências exitosas.

Melhorar qualidade dos ativos de crédito privado.

Prever normas para reduzir conflitos de interesse entre gestores e prestadores RPPS x administradores, gestores e prestadores de serviços de fundos.

Necessidade de adequar alguns pontos à nova regulação CVM.

LIMITES DA RESOLUÇÃO CMN 3922/2010				NOVA PROPOSTA			
RENDA FIXA	TÍTULOS PÚBLICOS	Títulos Públicos de emissão do TN (SELIC)	100%		Títulos Públicos de emissão do TN (SELIC)	100%	
		Operações compromissadas	15%		Operações compromissadas	5%	
	FUNDOS DE INVESTIMENTO	Fundos carteira 100% Títulos Públicos	100%		Fundos referenciados 100% Títulos Públicos	100%	
		Fundos referenciados em IMA ou IDkA	80%		Fundos referenciados em IMA ou IDkA*	60%	
		Fundos de índices (ETF) - IMA ou IDKA					
		Fundos Renda fixa em geral	30%		Fundos Renda fixa em geral*	40%	
		Fundos de Índices (ETF) - outros Indicadores					
		Fundos Renda fixa - Crédito Privado	5%		Fundos Renda fixa - Crédito Privado*	5%	
		FIDCs - Aberto - Cota Sênior	15%	15%	FIDCs - Aberto - Cota Sênior		10%
	FIDCs - condomínio fechado - Cota Sênior	5%		FIDCs - condomínio fechado - Cota Sênior	5%		
OUTROS	Poupança	20%		Poupança	20%		
	Letra Imobiliária Garantida			Letra Imobiliária Garantida			
RENDA VARIÁVEL	FUNDOS DE INVESTIMENTO	Fundo de Ações - Índices Bovespa, IBrX	30%		Fundo de Ações - Índices Bovespa e IBrX*	30%	30%
		Fundos de índices (ETF) Ibovespa, IBrX	20%		ETF (quaisquer índices abrangentes)	30%	
		Fundos de Ações em geral	15%		Fundos de Ações em geral*	20%	
		Fundos Multimercado	5%	30%	Fundos Multimercado*	10%	
					Certificado de Operações Estruturadas		
		Fundos em Participações FIPs	5%		FIPs (que atendam requisitos governança)	5%	
		Fundos Imobiliários	5%		Fundos Imobiliários (que sejam líquidos)	5%	

*Com requisitos para melhorar qualidade de créditos privados

ATIVOS	RPPS ESTADUAIS	RPPS MUNICIPAIS	TOTAL BRASIL	% Recursos - Brasil	Limite Atual
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	8.849.396.819,02	5.182.284.218,54	14.031.681.037,56	10,4%	100%
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	16.173.295.109,70	56.234.272.208,88	72.407.567.318,58	53,8%	100%
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	212.766.347,71	98.761.105,99	311.527.453,70	0,2%	15%
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, a	1.981.693.476,09	9.031.266.954,89	11.012.960.430,98	8,2%	80%
FI de Índices RF Subíndices ANBIMA - Art. 7º, III, b	251.298.969,77	41.837.236,45	293.136.206,22	0,2%	80%
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	7.901.991.746,94	17.057.665.546,93	24.959.657.293,87	18,6%	30%
FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, IV, b	0,00	9.233.689,67	9.233.689,67	0,0%	30%
Poupança - Art. 7º, V, a	0,00	25.895.702,05	25.895.702,05	0,0%	20%
FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	79.004.521,86	1.040.132.226,59	1.119.136.748,45	0,8%	15%
FI em Direitos Creditórios - Fechado - Art. 7º, VII, a	116.275.927,66	291.004.325,49	407.280.253,15	0,3%	5%
FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	330.324.279,08	813.894.919,83	1.144.219.198,92	0,9%	5%
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	358.101.316,92	537.453.169,45	895.554.486,37	0,7%	30%
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	0,00	70.139.128,18	70.139.128,18	0,1%	20%
FI em Ações - Art. 8º, III	513.583.577,70	2.089.545.708,83	2.603.129.286,54	2,0%	15%
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	374.243.945,06	1.013.084.614,06	1.387.328.559,12	1,0%	5%
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	713.077.066,50	940.478.839,35	1.653.555.905,86	1,2%	5%
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	307.417.001,25	900.043.836,55	1.207.460.837,80	0,9%	5%
Saldo em Conta	293.129.243,06	681.980.282,08	975.109.525,14	0,7%	-
Total	38.455.599.348,33	96.058.973.713,84	134.514.573.062,17	100,0%	-

NARLON GUTIERRE NOGUEIRA
Subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social